

Ementa nº 02/2022

Nº de registro na CEDNIT: 89/2019

Resumo da denúncia: Por meio de correspondência eletrônica, a Comissão de Ética do DNIT recepcionou denúncia de suposto assédio moral/sexual em desfavor de servidor público desta Autarquia.

Deliberações da CEDNIT: Após a análise das evidências juntadas, foi acolhida a demanda em sede de juízo de admissibilidade e instaurado o respectivo Procedimento Preliminar - PP. Em seguida, em atenção ao contraditório, o procedimento foi convertido para Processo de Apuração Ética - PAE, permitindo-se a apresentação de defesa escrita e a produção de provas. Baseado nas informações constantes nos autos, muito embora não tenha sido possível comprovar a ocorrência de assédio moral/sexual, restou consolidado entendimento de que houve no caso concreto em apuração comunicação incompatível nas relações de trabalho, cominobservância aos deveres de urbanidade, cortesia, moderação das prerrogativas, bem como ao princípio da manutenção do decoro pessoal. Por essa razão, convites inapropriados, insinuações inadequadas, observações de duplo sentido, em tom jocoso ou não, sem pertinência com as atividades trabalhistas, são exemplos de comunicações incompatíveis com o devido exercício da função pública e que devem ser terminantemente evitadas, pois permitem que interesses de ordem pessoal se sobreponham à relação contratual e institucional estabelecida entre todos os funcionários, sejam servidores ou colaboradores terceirizados. Nesse sentido, não é adequado à postura que se espera dos gestores públicos, notadamente em posição de superioridade hierárquica, comunicar-se de forma incompatível com funcionários subordinados, dificultando a necessária clareza de posições e de respeito que se espera dos atores num ambiente institucional, resultando em indesejável inobservância ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal - Decreto nº 1.171, de 1994, incisos IX, XIII, XIV, alíneas "e", "f", "g", "t" e "u", bem como ao Código de Ética do Servidor do DNIT - Portaria/DG nº 1.234, de 2006, artigos 2º; 4º, incisos I e III, e artigo 5º, inciso IV.

Providências adotadas: Por essa razão, com fundamento no art. 23, § 4º, da Resolução nº 1, de 30 de agosto de 2016 - Regimento Interno da Comissão de Ética do DNIT, anexo à Portaria/DG nº 168/2017, foi proposto e aceito Acordo de Conduta Pessoal e Profissional - ACPP. Em seguida, cumpridas as cláusulas por parte do servidor, houve a homologação do ACPP e o arquivamento do caso em 2022.

Ato de aprovação: Ementa aprovada por deliberação da Comissão de Ética, conforme Ata de reunião ocorrida em 14/7/2022, publicada no Boletim Administrativo nº 134, de 18/7/2022.